

gpia *m*

Gabinete de Prevenção e de
Investigação de Acidentes Marítimos

Plano de Atividades

2013



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
DO MAR, DO AMBIENTE
E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

PLANO DE ATIVIDADES PARA 2013

GABINETE DE PREVENÇÃO E DE INVESTIGAÇÃO DE ACIDENTES MARÍTIMOS

Ficha técnica:

Título:

Plano de Atividades para 2013

Direção:

Diretor: José António Velho Gouveia

Editor:

Gabinete de Prevenção e de Investigação
de Acidentes Marítimos (GPIAM)

Rua C Aeroporto Lisboa

1749-078 Lisboa, PORTUGAL

Tel.: (+351) 218447146

Email: gpiam@gpiam.mamaot.gov.pt

Website: www.gpiam.gov.pt

Compilação dos dados, conceção e elaboração:

José Velho Gouveia

Verónica Fernandes

Capa:

Divisão de Documentação e Comunicação da Secretaria-Geral do MAMAOT

Novembro de 2012

ÍNDICE

I - NOTA INTRODUTÓRIA	- 6 -
CARATERIZAÇÃO DO SERVIÇO	- 6 -
ENQUADRAMENTO DA CRIAÇÃO DO GPIAM	- 6 -
MISSÃO	- 7 -
VISÃO	- 7 -
VALORES	- 7 -
ATRIBUIÇÕES.....	- 7 -
ESTRUTURA ORGÂNICA	- 10 -
CLIENTES E SERVIÇOS.....	- 11 -
CARATERIZAÇÃO DO AMBIENTE EXTERNO E INTERNO	- 13 -
II - OBJETIVOS E ESTRATÉGIA	- 14 -
III - ATIVIDADE A DESENVOLVER	- 15 -
SÍNTESE DA ATIVIDADE A DESENVOLVER.....	- 15 -
ATIVIDADE DE REPRESENTAÇÃO	- 17 -
IV - RECURSOS HUMANOS, FINANCEIROS E MATERIAIS.....	- 18 -
RECURSOS HUMANOS.....	- 18 -
RECURSOS FINANCEIROS	- 19 -
METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PLANO.....	- 20 -

I - NOTA INTRODUTÓRIA

O presente Plano de Atividades constitui-se como o instrumento de gestão do Gabinete de Prevenção e de Investigação de Acidentes Marítimos (GPIAM) onde se apresenta a atividade a desenvolver por este organismo no ano de 2013 atenta a respetiva missão, atribuições e recursos disponíveis.

Este Plano de Atividades reflete a situação de um organismo da administração central do Estado recém-criado, sem quaisquer antecedentes históricos no Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT). A sua ação será totalmente influenciada pela possibilidade/capacidade de se dotar com um corpo técnico de 2 investigadores que estão presentemente em fase de recrutamento.

CARATERIZAÇÃO DO SERVIÇO

O GPIAM é um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa.

ENQUADRAMENTO DA CRIAÇÃO DO GPIAM

A investigação técnica de acidentes marítimos em Portugal foi competência da Direção de Serviços de Segurança Marítima do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM, I.P.), à qual competia promover as ações de investigação técnica dos acidentes marítimos que ocorressem nos navios ou por eles provocados, sem prejuízo das competências de outras entidades.

A necessidade da criação deste Gabinete decorre de imperativos comunitários no âmbito da investigação técnica de acidentes e incidentes marítimos. Em Portugal, esta matéria está regulamentada através da Lei n.º 18/2012, de 7 de maio, que transpõe para o quadro jurídico nacional a Diretiva n.º 2009/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril de 2009, que obriga cada Estado-Membro a estar dotado de um organismo independente para realizar esta tarefa e também a respeitar a metodologia comum europeia de investigação técnica de acidentes e incidentes marítimos, aprovada pelo Regulamento (UE) n.º 1286/2011, da Comissão, de 9 de dezembro de 2011.

Por sua vez, o Decreto-Lei n.º 140/2012, de 10 de julho, que estabeleceu a natureza, missão e atribuições do GPIAM, refere que a investigação levada a cabo pelo GPIAM visa identificar as causas dos acidentes e criar mecanismos futuros de prevenção e de redução da sinistralidade marítima.

MISSÃO

O GPIAM tem por missão investigar os acidentes e incidentes marítimos, com o objetivo de identificar as causas, elaborar e divulgar os correspondentes relatórios, promover estudos, formular recomendações em matéria de segurança marítima que visem reduzir a sinistralidade marítima e assegurar a participação em comissões, organismos ou atividades, nacionais ou estrangeiras.

VISÃO

Mais segurança no mar com vista ao desenvolvimento das atividades económicas e à preservação e proteção do meio marinho.

VALORES

O GPIAM norteará a sua ação pelos seguintes valores:

Independência, excelência, rigor, responsabilização.

ATRIBUIÇÕES

Nos termos do Decreto-Lei n.º 140/2012, de 10 de julho, o GPIAM prossegue as seguintes atribuições:

- Desenvolver as atividades de investigação técnica relativas a acidentes e incidentes marítimos, com vista a apurar as respetivas causas;
- No caso de acidentes graves, proceder a uma avaliação prévia para determinar se uma investigação técnica deve ser efetuada;
- Nos casos em que atue como Estado membro investigador principal, determinar, em colaboração com os órgãos congéneres de investigação dos outros Estados legitimamente

interessados, o âmbito da investigação e os aspetos práticos da sua realização, com vista à consecução dos objetivos previstos no presente decreto-lei;

- Respeitar a metodologia comum europeia de investigação técnica de acidentes e incidentes marítimos, aprovada pelo Regulamento (UE) n.º 1286/2011, da Comissão, de 9 de dezembro de 2011;
- Assegurar que a investigação técnica é iniciada logo após a verificação do acidente ou incidente marítimo, ou, não sendo possível, no prazo de dois meses após a ocorrência do mesmo;
- Assegurar a elaboração, atempada e rigorosa, dos relatórios das investigações, em conformidade com o artigo 11.º da Lei n.º 18/2012, de 7 de maio, e promover a sua divulgação, incluindo as suas conclusões e eventuais recomendações no prazo de 12 meses após a data do acidente;
- Divulgar todas as causas do acidente ou incidente marítimo na medida em que os resultados podem permitir a identificação de faltas ou a atribuição de responsabilidade;
- Cooperar nas investigações técnicas conduzidas pelos órgãos de investigação de outros Estados membros da União Europeia, ou delegar, por mútuo acordo, nesses órgãos de investigação a condução das investigações técnicas nos termos previstos nos artigos 10º, 15º e 16º da Lei n.º 18/2012, de 7 de maio;
- Proceder à recolha e análise de dados relativos à segurança marítima;
- Participar nas atividades desenvolvidas a nível de organizações internacionais ou europeias no domínio da investigação e prevenção de acidentes marítimos;
- Organizar e divulgar a informação relativa à investigação e prevenção de acidentes e incidentes marítimos;
- Preparar, organizar e divulgar estatísticas dos acidentes e incidentes marítimos;
- Informar rapidamente a Comissão Europeia da necessidade de emissão de um alerta precoce, sempre que, em qualquer fase da investigação técnica, considere necessária

uma intervenção urgente ao nível da União Europeia, para prevenir o risco de novos acidentes;

- Registrar e notificar a Comissão Europeia, através da plataforma europeia de informações sobre acidentes marítimos (EMCIP), dos motivos da decisão de não realização de uma investigação técnica;
- Notificar a Comissão Europeia dos acidentes e incidentes marítimos, através da EMCIP, que envolvam um navio que arvora a bandeira nacional, independentemente do local onde ocorre o acidente ou incidente, dos acidentes e incidentes marítimos que ocorram no mar territorial do Estado Português ou nas suas águas interiores, qualquer que seja a bandeira do navio ou navios envolvidos nos mesmos, e ainda dos acidentes e incidentes marítimos que impliquem outros interesses legítimos do Estado Português.
- Fornecer à Comissão Europeia os dados resultantes das investigações técnicas segundo o modelo da EMCIP;
- Fornecer à Organização Marítima Internacional (OMI) as informações pertinentes sobre os resultados das investigações técnicas efetuadas;
- Acordar com os restantes Estados membros, no âmbito do quadro permanente de cooperação, as melhores formas de colaboração a fim de:
 - Permitir que os órgãos de investigação partilhem instalações, meios e equipamento, para a perícia dos destroços e do equipamento do navio e de outros objetos de interesse para a investigação técnica, incluindo a extração e análise dos dados dos aparelhos de registo dos dados de viagem (VDR) e de outros dispositivos eletrónicos;
 - Prestar a assistência mútua técnica ou pericial necessária à execução de tarefas específicas;
 - Obter e partilhar informações relevantes para a análise dos dados relativos aos acidentes e à formulação de recomendações de segurança adequadas ao nível da União Europeia;

- Definir princípios comuns para o seguimento a dar às recomendações de segurança e para a adaptação dos métodos de investigação ao progresso técnico e científico;
- Gerir adequadamente os alertas precoces referidos no artigo 13.º da Lei n.º 18/2012, de 7 de maio;
- Estabelecer regras de confidencialidade para o intercâmbio dos depoimentos de testemunhas e do tratamento de dados e de outros elementos referidos no artigo 18.º da Lei n.º 18/2012, de 7 de maio, inclusive nas relações com países terceiros;
- Organizar, se adequado, ações de formação relevantes para os investigadores;
- Promover a cooperação com os órgãos de investigação de países terceiros e com as organizações internacionais de investigação de acidentes marítimos nos domínios abrangidos pela Lei n.º 18/2012, de 7 de maio;
- Prestar todas as informações pertinentes aos órgãos de investigação técnica.

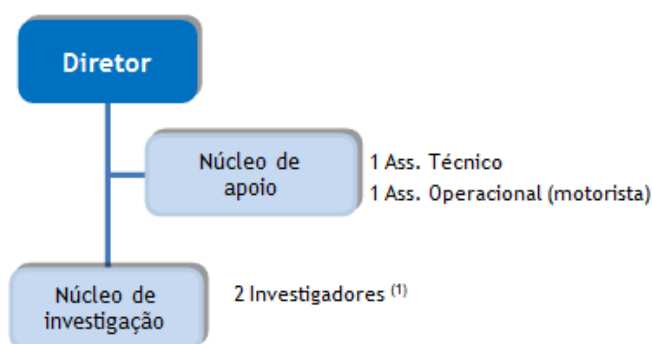
ESTRUTURA ORGÂNICA

O Decreto-Lei n.º 140/2012, de 10 de julho, estabelece que o GPIAM é dirigido por um diretor, cargo de direção intermédia de primeiro grau, sendo-lhe, no entanto, aplicável o disposto nos artigos 18.º a 19.º-A, 25.º e 26.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, e 64/2011, de 22 de dezembro. De acordo com o mesmo diploma, são também atribuídas ao diretor do GPIAM as competências previstas no artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005 e 64/2011, respetivamente de 30 de agosto e de 22 de dezembro.

Por sua vez, o Despacho n.º 12848/2012, de 25 de setembro, define que o corpo técnico será constituído por 2 investigadores. Os lugares dos investigadores ainda não estão preenchidos, mas deverão ser recrutados ainda em 2012. O GPIAM conta também com uma assistente técnica e um assistente operacional, ambos em regime de mobilidade interna.

O apoio administrativo indispensável ao funcionamento do GPIAM é prestado, de acordo com o Decreto-Lei n.º 140/2012, pela Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.

A estrutura orgânica do GPIAM está graficamente representada na imagem seguinte.



⁽¹⁾ Em fase de recrutamento

CLIENTES E SERVIÇOS

No desenvolvimento da sua atividade no âmbito das atribuições estabelecidas na lei, o GPIAM pode prestar serviços relacionados com a sua ação a entidades externas. Considera-se, contudo, que qualquer prestação de serviços deverá ser devidamente enquadrada - tal como previsto na lei - em diploma próprio a elaborar para o efeito.

Principais serviços e respetivos produtos	
Serviços	Produtos
Difusão de informação estatística sobre acidentes e incidentes marítimos	Estudos e relatórios
Difusão de informação sobre segurança no mar	Pareceres técnicos, relatórios de investigação, recomendações de segurança
Investigação no domínio da segurança marítima e da preservação e proteção do meio marinho	Estudos e pareceres técnicos
Investigação no domínio da segurança em navios e embarcações	Estudos e pareceres técnicos

Partes interessadas na ação do GPIAM
Órgãos de soberania
Ministérios: MAMAOT, MEE, MF, MDN
Governos Regionais dos Açores e da Madeira
Entidades e organismos da Administração Central, Regional e Local, em especial:
<ul style="list-style-type: none"> • Direção-Geral da Política do Mar (DGPM) • Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), na qualidade de Administração Marítima • Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA, I.P.) • Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM) • Órgãos e Serviços da Autoridade Marítima Nacional • Marinha Portuguesa • Autoridade Nacional da Proteção Civil (ANPC) • Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA,IP)
Universidades e Investigadores
Administrações portuárias
Entidades públicas empresariais ligadas ao mar
Entidades privadas ligadas ao Mar, como armadores, companhias, agentes de navegação, proprietários, seguradoras
Comunidade nacional e internacional da pesca
Autarquias
Organizações internacionais ligadas ao Mar, em especial a Organização Marítima Internacional e a Agência Europeia da Segurança Marítima
Entidades congéneres dos Estados de Bandeira, dos Estados de Porto e dos Estados Costeiros
Cidadãos em geral

No relacionamento com estas entidades externas interessadas na sua ação, o GPIAM procurará que seja criado um clima de cooperação e entendimento recíproco que facilite o cumprimento da sua missão.

Neste âmbito, assumirá particular interesse a celebração de protocolos com algumas daquelas entidades.

Terá também um papel muito importante a desempenhar o *site* do GPIAM na Internet, através do qual se disponibilizará toda a informação relevante para a comunidade de interessados (legislação, documentação técnica de base, relatórios de investigação e recomendações de segurança que resultem das investigações efetuadas, entre outros).

CARATERIZAÇÃO DO AMBIENTE EXTERNO E INTERNO

AMBIENTE EXTERNO

O ambiente externo em que se insere o GPIAM caracteriza-se por ser um mundo cada vez mais globalizado em que o sector do transporte marítimo e dos portos continua a crescer em volume de mercadorias transacionadas por via marítima. Neste ambiente, assume particular relevância o empenho da União Europeia, através da Agência Europeia da Segurança Marítima, em que sejam criadas, pelos Governos dos Estados-Membros, estruturas capazes de proceder, de modo independente, à investigação de acidentes e incidentes marítimos.

AMBIENTE INTERNO

O ambiente interno é caracterizado pela orgânica do XIX Governo Constitucional que criou uma tutela para o mar onde estão integradas hoje muitas das funções que o Estado deve assumir neste contexto.

Pode constituir também um fator marcante deste ambiente, os fortes constrangimentos em termos económicos e financeiros com que nos confrontamos atualmente pois poderão ter consequências para a ação do GPIAM. Face a estes constrangimentos, também na área da navegação e das restantes atividades marítimas, poderemos ver-nos confrontados com um indesejável aumento de acidentes e incidentes marítimos.

Tratando-se de uma entidade recentemente criada, a ação do GPIAM será também fortemente influenciada, como já mencionado, pela capacidade de vir a dispor dos meios humanos e materiais necessários ao cumprimento da respetiva missão.

II - OBJETIVOS E ESTRATÉGIA

Para garantir o cumprimento da missão do GPIAM, são definidos os seguintes objetivos estratégicos:

OE1-Garantir as condições necessárias para a entrada em pleno funcionamento do GPIAM;

OE2-Garantir o cumprimento das determinações internacionais no âmbito da investigação técnica de acidentes e incidentes marítimos;

OE3-Assegurar melhores padrões de segurança marítima e de proteção e preservação do meio marinho.

Estes objetivos estratégicos resultarão em objetivos operacionais e em ações específicas que serão identificados mais adiante e são estabelecidos de modo a justificar a ação do GPIAM em 2013 em função dos meios que lhe estiverem atribuídos.

Os objetivos estratégicos aqui definidos estão sustentados nas Grandes Opções do Plano 2012-2015 (aprovadas pela Lei n.º 64-A/2011, de 30 de dezembro), no QUAR - que está em fase de aprovação -, no Programa do XIX Governo Constitucional e na Lei Orgânica do MAMAOT.

III - ATIVIDADE A DESENVOLVER

SÍNTESE DA ATIVIDADE A DESENVOLVER

A atividade a desenvolver pelo GPIAM em 2013 terá como base de sustentação os documentos estruturantes identificados no capítulo II.

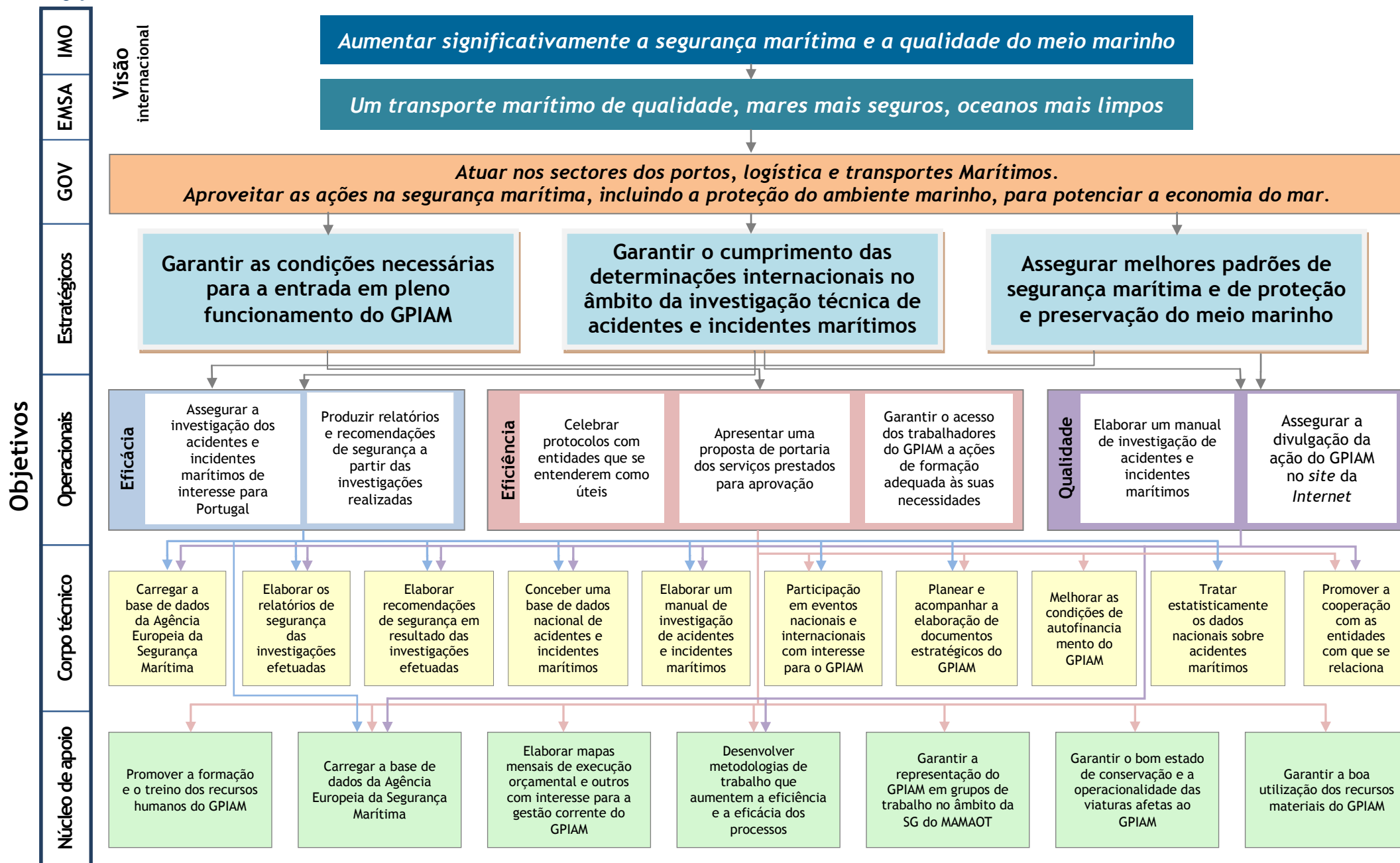
Ainda não existe a carta de missão e o QUAR está em fase de aprovação.

Em termos de operacionalização dos objetivos estratégicos estabelecidos, a ação do GPIAM desenvolver-se-á como apresentado de seguida.

Objetivos operacionais		Objetivos estratégicos		
		OE1	OE2	OE3
Eficácia	Assegurar a investigação dos acidentes graves e muito graves ocorridos com navios de bandeira portuguesa, que ocorram em espaços marítimos de soberania ou jurisdição nacional, que tenham graves consequências do ponto de vista ambiental ou que tenham interesse para o Estado português		✓	✓
	Produzir relatórios e recomendações de segurança a partir das investigações realizadas		✓	✓
Eficiência	Celebrar protocolos com entidades que se entenderem como úteis	✓		
	Apresentar uma proposta de portaria dos serviços prestados, de acordo com o previsto no n.º 2 do art.º do DL n.º 140/2012, de 10 de julho	✓		
	Garantir o acesso dos(as) trabalhadores(as) do GPIAM a ações de formação adequada às suas necessidades	✓		
Qualidade	Elaborar um manual de investigação de acidentes e incidentes marítimos	✓		✓
	Assegurar a divulgação da ação do GPIAM no <i>site</i> da Internet	✓	✓	

O desdobramento destes objetivos em ações a serem levadas a efeito pelo corpo técnico e pelo núcleo operacional encontra-se consubstanciado no esquema da página seguinte.

Quadro-resumo dos objetivos do GPIAM para 2013



ATIVIDADE DE REPRESENTAÇÃO

De acordo com a respetiva missão, o GPIAM deve assegurar a participação nacional em comissões, organismos ou atividades nacionais ou estrangeiras diretamente relacionadas com a sua ação.

A atividade de representação prevista para o GPIAM em 2013 encontra-se resumida nos quadros seguintes.

ATIVIDADE DE REPRESENTAÇÃO A NÍVEL NACIONAL	
Conselho/Comissão/Grupo de Trabalho/Outros	Nº de reuniões previstas
Comissão Permanente de Acompanhamento da Segurança dos Homens do Mar (CPASHM)	12
Comissão Técnica de Acolhimento de Navios em Dificuldade (CTAND)	1 (ordinariamente) e sempre que for necessário

ATIVIDADE DE REPRESENTAÇÃO A NÍVEL INTERNACIONAL	
Conselho/Comissão/Grupo de Trabalho/Outros	Nº de reuniões previstas
<i>Marine Accident Investigators' International Forum (MAIIF)</i>	1
EMAIIIF (Componente Europeia do MAIIF)	1
<i>Permanent Cooperation Framework (PCF)</i> da Agência Europeia da Segurança Marítima	2
<i>Sub-Committee on Flag State Implementation (FSI)</i> da Organização Marítima Internacional (IMO)	1
<i>Maritime Safety Committee (MSC)</i> da (IMO)	1
Working Group (WG) nº 3 do PCF	1

IV - RECURSOS HUMANOS, FINANCEIROS E MATERIAIS

RECURSOS HUMANOS

Para a caracterização dos recursos humanos com que o GPIAM conta para o desenvolvimento da sua atividade no ano de 2013, considerou-se como data de referência a data de início de funcionamento do gabinete em 2012 pois que, à data de publicação deste Plano de Atividades, ainda está a decorrer o processo de recrutamento de 2 investigadores.

No ano de 2013, o GPIAM deverá contar, para a prossecução dos **seus** objetivos, com os elementos constantes do seguinte quadro:

Pessoal dirigente	Nº
Diretor de Serviços (a)	1

Corpo técnico	Nº
Investigador (b)	2

Núcleo de apoio administrativo e operacional	Nº
Assistente Técnico (c)	1
Assistente Operacional (c)	1

(a) Designado em regime de substituição

(b) Em processo de recrutamento

(c) Em regime de mobilidade interna

O diretor, o corpo técnico e o núcleo de apoio administrativo e operacional têm as seguintes áreas de atuação:

Designação	Áreas de atuação
Diretor	<ul style="list-style-type: none"> - Planeamento e organização - Coordenação e gestão - Controlo e prossecução do orçamento do Gabinete
Corpo técnico	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de investigações - Elaboração de relatórios técnicos - Preparação de estatísticas - Elaboração de um manual de investigação
Apoio Administrativo	<ul style="list-style-type: none"> - Atendimento e receção de pessoas - Coordenação da formação - Apoio ao Diretor no controlo do orçamento do Gabinete, património (incluindo viaturas) e economato - Lançar dados de acidentes/incidentes marítimos na base de dados europeia EMCIP - Elo de ligação aos diversos serviços da Secretaria-Geral do MAMAOT - Expediente e arquivo
Apoio Operacional	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio às deslocações dos investigadores a qualquer ponto do país - Manutenção adequada das viaturas afetas ao Gabinete

RECURSOS FINANCEIROS

Para 2013, o orçamento previsto e aprovado para o funcionamento do GPIAM tem o valor total de 210.000 € e apresenta-se na tabela seguinte.

Rubricas	Descrição	OE 2013
Rubrica 1	Despesas com o pessoal	184.619
Rubrica 2	Aquisição de Bens e Serviços	26.494
Rubrica 6	Reserva	5.250
	Total Geral	216.363

METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PLANO

O presente Plano de Atividades foi elaborado de acordo com a estrutura e orientações estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro, conjugado com o artigo 7º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, e pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro e acolhe as diretrizes em matéria de gestão por objetivos aprovadas pelo SIADAP através da Lei nº 66-B/2007, de 3 de dezembro.

Para efeitos de preparação e elaboração deste Plano, adotou-se, com as necessárias adaptações, face à estrutura e dimensão deste Gabinete, a metodologia de participação proposta pelo Secretariado para a Modernização Administrativa, Janeiro de 1997, a qual obedeceu à seguinte metodologia:

- Identificação dos objetivos a prosseguir pelo GPIAM e definição das estratégias para os alcançar;
- Identificação das atividades permanentes e dos projetos a realizar, do calendário previsto para a sua concretização e dos recursos necessários;
- Elaboração do Plano de atividades para 2013 em si mesmo, que fundamenta a proposta de orçamento para 2013.

Por outro lado, o Plano de Atividades do GPIAM para 2013 enquadra-se no princípio de gestão por objetivos, orientada para resultados, com vista ao cumprimento da missão do organismo publicado no artigo 2º do Decreto-Lei n.º 140/2012, de 10 de julho, ou seja, *“investigar os acidentes e incidentes marítimos, com a maior eficácia e rapidez possível, visando identificar as respetivas causas, elaborar e divulgar os correspondentes relatórios, promover estudos, formular recomendações em matéria de segurança marítima que visem reduzir a sinistralidade marítima, e assegurar a participação em comissões, organismos ou atividades, nacionais ou estrangeiras”*.